

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Exercício 2016**

**1. Evidenciação das políticas contábeis:**

- 1.1 Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64. A escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), com exceção das Normas de Depreciação, Amortização e Exaustão, Custos e, Avaliação e Mensuração de Ativos que não foram aplicadas em 2016.
- 1.2 Alterações nas políticas contábeis: em relação ao exercício de 2015 não houve alteração nas políticas contábeis apenas ajustes em função das alterações do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e da implantação das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- 1.3 Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas tendo por base o custo histórico das transações. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas foram ajustados a valor presente.
- 1.4 Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais utilizado no exercício foi da competência.

**2. Critérios Contábeis e Estimativas Utilizadas nas Demonstrações Contábeis:**

- 2.1 O valor do orçamento não sofreu atualização monetária da data da elaboração até sua abertura.
- 2.2 No exercício, houve despesas intraorçamentárias que somam R\$ 4.703.698,94, sendo repassados ao IPASEM R\$ 2.377.569,59, referente à alíquota patronal e R\$ 2.192.044,92, referente à amortização de parcelamento. Também foram repassados à Prefeitura Municipal R\$ 134.086,43, destinados a ações conjuntas de publicidade e ressarcimento de pessoal cedido.
- 2.3 No exercício foram abertos créditos adicionais com indicação do superávit financeiro no valor de R\$ 17.064.020,66, influenciando no resultado orçamentário.
- 2.4 A utilização da reserva de contingência no valor de R\$ 700.000,00 serviu para suplementação de ações que foram dotadas insuficientemente e que não foram previstas na época da elaboração orçamentária.
- 2.5 O valor dos restos a pagar baixados no exercício é de R\$ 5.541.568,28, relativos aos efetivos pagamentos e R\$ 4.425.615,39, referentes aos cancelamentos.

2.6 Créditos a receber:

- 2.6.1 Os créditos a receber de curto prazo somam R\$ 5.790.887,19, em razão das faturas de água emitidas aos usuários e não pagas, já deduzidos os ajustes para perdas, calculado pela média do índice de inadimplência dos últimos 12 meses (1,29%) para os valores classificados como clientes a receber e pela média de cobrança para os valores inscritos em dívida ativa de curto e longo prazo. O valor de Faturas de Água a receber da CORSAN, no valor de R\$ 4.836.471,74, foi reclassificado durante o exercício para o Longo Prazo em função da imprevisibilidade da data de recebimento.
- 2.6.2 Os créditos registrados em transferências a receber representam o somatório dos direitos adquiridos, sendo R\$ 13.519,41, referente a financiamento com parcelas a receber de obras executadas e R\$ 382.960,00, referente convênio com o Governo Federal para implantação de uma Estação de Tratamento de Esgotos no Bairro Roselândia.

2.7 Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado de compras.

2.8 A Dívida Ativa está discriminada pelo valor atualizado, incluídas multas e juros.

2.9 Os créditos em longo prazo representam créditos a receber de usuários (CORSAN) no valor de R\$ 4.836.471,74, os valores a receber de Dívida Ativa R\$ 136.000,00, que já se encontram deduzidos do ajuste para perdas (92% - calculados pela média de recebimentos de 2015-2016), e, que se encontram na fase de cobrança judicial. Também faz parte um crédito relativo a um Título Executivo do TCE, referente a glosa de contas de administrador no valor de R\$ 547.917,99. O valor de depósitos judiciais, no valor de R\$ 4.313.717,78, para recursos em ações se encontram em tramitação e estão contabilizados pelo valor histórico.

2.10 Imobilizado:

- 2.10.1 Os bens adquiridos e os incorporados na transformação da Companhia em Autarquia estão devidamente inventariados pelo seu custo de aquisição.
- 2.10.2 DEPRECIAÇÃO – O processo de depreciação não foi realizado visto que estamos em fase de finalização da reavaliação através da empresa terceirizada contratada para a avaliação dos bens e estimativa da vida útil.
- 2.11 Os reconhecimentos por competência dos passivos relativos à gratificação natalina, férias, licenças e encargos patronais, foram estimados tendo por referência a base de dados do setor de recursos humanos e aplicados na proporção que cada servidor tem direito.
- 2.12 Os valores da conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, representam os valores inscritos em restos a pagar a fornecedores (R\$ 4.880.885,06), exceto as provisões de pessoal e encargos sociais (R\$ 1.633.363,41), os valores provenientes da importação de água da CORSAN (R\$ 3.390.057,06), as parcelas previstas para amortização da Dívida em 2017 (R\$ 3.363.736,00) e os valores restituíveis de terceiros (R\$ 207.735,03) que não transitaram pelo orçamento.

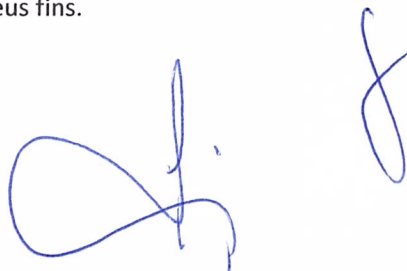


- 2.13 Provisões para passivos cíveis trabalhistas foram constituídas com base na estimativa realizada com base em critérios de expectativa de sua realização, sendo classificados como Não-circulante em conformidade com a expectativa de pagamento.
- 2.14 As obrigações do Passivo Não-Circulante são compostas pelos contratos de financiamentos e o parcelamento junto ao IPASEM – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo:
- 2.14.1 FINANCIAMENTO BANRISUL: Foi contraído a partir do Contrato 12/2007, firmado entre a COMUSA e o BANRISUL, no valor atualizado de R\$ 33.399.392,99, que está no Plano de Investimentos para ampliar o Sistema de Tratamento de Esgoto – Etapa 1, elevando o esgoto tratado de 2% para 80% ao final do projeto. O valor tomado do empréstimo monta em 31/12/2016, o valor de R\$ 6.544.158,33, sendo que a amortização será realizada em 208 prestações mensais. A primeira amortização foi realizada em 15/01/2011 e a última será em 15/04/2028, incidindo juros de 6% a.a., encargos de 3% a.a., taxa de risco de 1% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O valor das parcelas (juros e amortização) em dezembro/2015, foi de R\$ 57.197,36, e, em dezembro/2016, foi de R\$ 55.890,92.
- 2.14.2 PARCELAMENTO IPASEM: Foi contraído pela inadimplência do Contrato de Concessão, firmado entre Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e COMUSA, na época que a personalidade jurídica era Companhia. Em 2001, a Lei Municipal 637/2001, autorizou a novação da Dívida com a Prefeitura, repassando os créditos ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais, que seria amortizado em 192 parcelas mensais, corrigidas pelo INPC e juros de 0,5% a.m., sendo o vencimento da última parcela em 20/05/2018. O valor das parcelas (juros e amortização) em dezembro/2015, foi de R\$ 170.507,74, e, em dezembro/2016, foi de R\$ 189.290,93.
- 2.15 Financiamentos Contratados através da Prefeitura Municipal :
- Estas obrigações estão inclusas no passivo da Prefeitura Municipal, porém a COMUSA, vem repassando os valores para pagamento das parcelas por ser a beneficiária das obras. Dessa forma, não estão contabilizadas no passivo da entidade. Os valores das operações de crédito encontram-se contabilizados em contas de controle.
- 2.15.1 FINANCIAMENTO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ESGOTO: Para atingir a meta de tratar 80% do esgoto produzido na cidade, foi contratado um financiamento junto à Caixa Econômica Federal, através do contrato 0296.203-90/2009, que foi firmado pelo Município de Novo Hamburgo, para complementar o Sistema de Tratamento de Esgoto – Etapa 2, no valor de R\$ 81.478.011,28, que será amortizado em 240 prestações mensais entre 03/09/2014 e 03/08/2034, incidindo juros de 6% a.a., encargos de 2,3% a.a., taxa de risco de 0,3% a.a. e taxa de administração de 2% a.a.. Este financiamento está registrado no passivo do Município e cabe à COMUSA a execução do projeto, sua implantação, operacionalização e repasse ao Município dos valores para a amortização do financiamento. O valor já recebido do financiamento é de R\$ 7.455.620,80, e o valor das parcelas (juros e amortização) com base em dezembro/2016, foi de R\$ 58.026,47.

- 2.15.2 FINANCIAMENTO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ÁGUA: O contrato 0296.204-03/2009, foi firmado pelo Município de Novo Hamburgo para realizar a construção de uma nova estação de captação, nova adutora e ampliar a estação de tratamento de água, no valor de R\$ 26.461.077,85, que será amortizado em 240 prestações mensais entre 03/10/2013 e 03/09/2033, incidindo juros de 6% a.a., encargos de 2,3% a.a., taxa de risco de 0,3% a.a. e taxa de administração de 2% a.a.. Este financiamento está registrado no passivo do Município e cabe à COMUSA a execução do projeto, sua implantação, operacionalização e repasse ao Município dos valores para a amortização do financiamento. O valor já recebido do financiamento é de R\$ 16.389.674,94, e o valor das parcelas (juros e amortização) com base em dezembro/2016, foi de R\$ 132.186,64.
- 2.16 Os ajustes, decorrentes de omissões e erros de exercícios já encerrados foram efetuados na conta de Resultados de Exercícios anteriores e referem-se basicamente a incorporação de obras de esgoto realizadas em 2012 e 2013, que não estavam registradas no ativo permanente como obras em andamento no valor de R\$ 43.939.974,52 e a baixa de crédito a receber da União no valor de R\$ 1.770.000,00 referentes ao Termo de Compromisso 408.705-53/2013, que foram contabilizados em 2015.
- 2.17 As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, estão registradas pelo princípio da competência e representam as variações patrimoniais da entidade, demonstrando que a margem operacional representa 31,65% de suas VPAs, exceto pela falta de contabilização das depreciações que não estão sendo realizadas e apropriadas.

### **3 Informações Adicionais:**

- 3.1 A COMUSA – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO, CNPJ 09.509.569/0001-51, tem sede na Av. Coronel Travassos, 287 – Bairro Rondônia, Novo Hamburgo, foi criada pela Lei Municipal 184/89, de 20 de dezembro 1989, como sociedade de economia mista, assumiu efetivamente os serviços de abastecimento de água em 03 de dezembro de 1998. Em 26 de dezembro de 2007, a sociedade de economia mista foi transformada em Autarquia Municipal pela Lei Municipal 1.750/2007, iniciando as atividades com a essa configuração em 1º de junho de 2008.
- 3.2 A natureza de suas operações consta do art. 2º da Lei Municipal 1750/2007 e tem por objetivo primordial a prestação dos serviços públicos de saneamento, compreendendo a captação, o tratamento e a distribuição de água potável, bem assim como a coleta, o tratamento e a disposição final de esgotos cloacais, considerados, para, a consecução dessas atividades, a implantação das respectivas redes, instalações, equipamentos e demais pertencas e obras de engenharia civil, inclusive a manufatura e a importação de matérias primas e auxiliares, materiais, maquinaria, componentes, equipamentos, instalações e acessórios necessários aos seus fins.

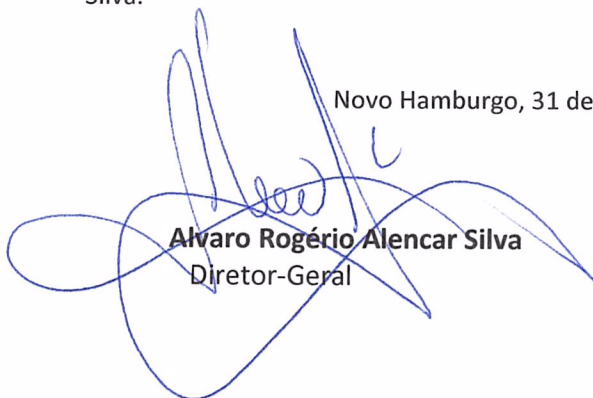


3.3 A legislação que rege suas operações é: Lei Federal 4320/1964 e as Leis Municipais nº 333/2000, nº 1750/2007, nº 1799/2008, nº 2247/2010, e suas alterações.

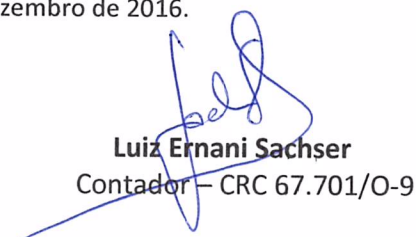
3.4 Eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros não foram identificados.

3.5 Responsabilidades durante a gestão de 2016, foi do Diretor-Geral Alvaro Rogério Alencar Silva.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2016.



**Alvaro Rogério Alencar Silva**  
Diretor-Geral



**Luiz Ernani Sachser**  
Contador – CRC 67.701/O-9